



Formação Econômica do Brasil, Sessenta Anos Depois

Alexandre de Freitas Barbosa

(PROFESSOR DE HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA
DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO [IEB/USP])



Em 2009, escrevi um artigo para a *Revista IEB*, intitulado “*Formação Econômica do Brasil, Cinquenta Anos Depois*”. O objetivo era aproveitar o cinquentenário de publicação do livro clássico para fazer uma resenha da edição comemorativa que trazia alentada fortuna crítica. Simultaneamente, buscava saldar uma dívida pessoal com a obra que me permitiu ser economista, historiador e professor de história econômica do Brasil, compartilhando com as novas gerações um pouco da minha experiência de pesquisa e ensino com e a partir de “FEB”. Assim, o livro passou a ser chamado, tal como a disciplina que figura nos cursos de economia do país. Naquele artigo-resenha, realizei também uma tentativa preliminar de discorrer sobre a recepção da obra pelas várias gerações e correntes do pensamento econômico no Brasil.

Neste texto, procuro aprofundar esse exercício, partindo da seguinte questão: qual significado pode ter a leitura de *Formação Econômica do Brasil* sessenta anos depois de sua publicação, particular-



mente neste ano de 2020, quando se comemora o centenário do mestre Furtado? No seminário Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil – organizado por meio de parceria entre a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, o IEB e o Sesc, no mês de novembro de 2019 –, coube-me participar da mesa “A Atualidade de Formação Econômica do Brasil”, o que justifica o título deste ensaio. O evento foi coroado pela presença de Rosa Freire d’Aguiar, que tornou pública a doação da biblioteca e dos arquivos de Celso Furtado ao IEB.

A primeira parte deste capítulo traz uma discussão do contexto em que a obra foi escrita e da sua importância na produção e na trajetória intelectual de Celso Furtado, destacando a importância do método histórico-estrutural. Na segunda parte, são apresentadas as várias ondas de recepção do livro pelas diversas gerações e correntes do pensamento econômico, assim como suas correspondentes interpretações e leituras. Finalmente, na terceira parte, pretendo justificar a importância dessa obra – e do método que lhe dá sentido – para compreender dialeticamente o período recente, o mais antifurtadiano de nossa história.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: MÉTODO, CONTEXTO E SUA IMPORTÂNCIA NA TRAJETÓRIA DE FURTADO

Formação Econômica do Brasil foi escrito em Cambridge, na Inglaterra, entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, “nas ‘sobras de tempo’ que ia furtando ao festival do debate teórico”, conforme relata o seu autor. O “festival” contava com a presença de alguns dos principais economistas do momento, dentre eles Nicholas Kaldor, Piero Sraffa, Joan Robinson e Amartya Sen, classificados por Furtado como

os “keynesianos de esquerda” do departamento de economia da universidade¹.

Na sua temporada em Cambridge, o economista pretendia dedicar-se essencialmente ao trabalho teórico. Mas o mergulho na compreensão da realidade brasileira era uma espécie de ajuste de contas consigo mesmo. No seu livro autobiográfico, Furtado fala sobre o método: “aproximar a História (visão global) da análise econômica”. A economia daria conta de formular “perguntas precisas”, para “obter respostas da História”².

Para não ficar “num alto nível de abstração”, optou por pintar um “afresco” com “segmentos estruturados” (as cinco partes do livro), que carregariam uma “coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas”, estimulando outros pesquisadores a aprofundarem a investigação. A “omissão dos detalhes historiográficos” justificava-se “para que o leitor captasse facilmente o movimento no tempo do conjunto observado”³.

O prefácio do livro procura explicitar o seu objetivo. Para Furtado, o livro “pretende ser *tão somente* um *esboço* do processo histórico de formação da economia brasileira”. Por isso, destina-se a “um público *mais amplo*”, com ênfase “nos estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular”. Em seguida, o autor afirma não se deter sobre “a bibliografia histórica brasileira”, pois o seu objetivo “é *simplesmente* a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos”⁴.

1. Celso Furtado, *A Fantasia Organizada*, pp. 202, 204.
2. *Idem*, pp. 204-205.
3. *Idem*, p. 205. Grifos nossos.
4. Celso Furtado, “Introdução”, em *Formação Econômica do Brasil*, 23. ed. Utilizo neste ensaio o exemplar, já gasto pelo tempo e recheado de anotações, em que li pela primeira vez a obra há mais de trinta anos.

Destaco os trechos acima, que constam da introdução do livro, para ressaltar que muitas das críticas sobre a obra não levaram em consideração o objetivo proposto pelo autor. Não se tratava de obra de história econômica. E tampouco de economia *strictu sensu*. Tampouco se propunha a fazer um debate com as interpretações existentes sobre a formação do Brasil. O livro de Roberto Simonsen fora adquirido por acaso já que o voo para a Europa tivera uma escala forçada em Recife, onde o autor comprara *História Econômica do Brasil*, utilizado mais como fonte de dados. Os demais livros citados foram, em grande medida, consultados na Biblioteca de Cambridge.

O historiador Ruggiero Romano mata a charada: Furtado buscou “reconstruir por sua própria conta toda uma série de mecanismos capazes de conduzir a uma compreensão melhor dos problemas do presente”⁵. Para isso, elaborou um método próprio, em que a teoria e a história aparecem fundidas. Conforme a síntese de Francisco de Oliveira, “o andamento se faz tecendo os fios de uma construção autoestruturante, em que a história é teoria e a teoria é história”⁶.

É importante destacar que o método histórico-estrutural chega à sua maturidade a partir de Furtado e com *Formação Econômica do Brasil*. Tal método estava apenas implícito na Cepal, cujas análises, por mais que recorressem aos antecedentes históricos e não fossem restritas aos indicadores econômicos, possuíam o objetivo principal de elaborar prescrições de política geralmente focadas no horizonte da conjuntura, desde que adaptadas ao contexto latino-americano. A longa duração, no sentido braudeliano, não estava no horizonte. O

5. Ruggiero Romano, “Prefácio à Edição Italiana”, p. 434.

6. Francisco de Oliveira, *A Navegação Venturosa: Ensaios sobre Celso Furtado*, p. 84.

próprio artigo em que Braudel procura formalizar o seu enfoque metodológico é de 1958⁷.

Neste sentido, *Formação Econômica do Brasil* é um livro braudeliano *avant la lettre*, como uma diferença importante: ele parte do pressuposto de que as transformações estruturais em curso na sociedade brasileira podem romper com a “história lenta”, ou seja, com os traços ainda remanescentes do passivo colonial. Existe um diálogo implícito com o “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior, que Furtado não cita, pois seu objetivo não é realizar um trabalho acadêmico. O seu olhar nasce junto com seu método, beneficiando-se das incursões anteriores do historiador marxista.

Em colóquio realizado em Paris, no ano de 1971, Furtado apresenta o texto “Analyse Économique et Histoire Quantitative”, desvendando o método que orienta a escrita e a composição de *Formação Econômica do Brasil*. No seu entender, toda vez que um economista se depara com um “conjunto social complexo”, ele o faz – ou apenas pode fazê-lo, é o que sugere – por meio de “uma visão global fornecida pela história”. Do contrário, tem-se apenas uma “sintaxe” desprovida de significado e, portanto, incapaz de ação política transformadora. Portanto, “inexiste análise macroeconômica sem uma globalização histórica prévia”⁸.

Por outro lado, para cada um dos “cortes sincrônicos” operados, apenas as ferramentas da economia ou das ciências sociais dão conta de fornecer um “quadro analítico” que ilumine o jogo intrincado de potencialidades e resistências, responsável por fazer escoar a história de

7. Fernand Braudel, “História e as Ciências Sociais: A Longa Duração”. O artigo, publicado na coletânea *Escritos sobre a História*, sai pela primeira vez na Revista dos *Annales* no número de outubro-dezembro de 1958.

8. Celso Furtado, “Analyse Économique et Histoire Quantitative”.

um determinado momento. Desde que o analista saiba perceber, com objetividade e imaginação criativa⁹, as interações entre as estruturas e as instituições¹⁰, entre o econômico e o não econômico¹¹, com as rupturas e continuidades que dão sentido ao processo histórico.

O leitor ou leitora devem ter percebido que o parágrafo acima condensa vários livros e artigos escritos por Furtado. Talvez imagine que o escriba tenha prazer em ostentar conhecimento, enfileirando citações. A justificativa que posso oferecer é a seguinte: procuro apontar aos pesquisadores mais jovens os locais em que Furtado explicitou o seu método histórico-estrutural, pois nunca elaborou uma cartilha com as regras para se praticá-lo. Felizmente.

Este é um dos motivos porque é imprescindível ler *Formação Econômica do Brasil*. Ali o método é aplicado, mas sem que se faça menção a ele, a não ser na introdução, quando despretensiosamente se refere à dinâmica histórica que está por trás dos processos econômicos ou quando propõe que a economia faça perguntas à história, processo que também é invertido na obra, pois muitas vezes é a história que inquirir a economia. Na síntese de Frédéric Mauro, em *Formação*, Furtado concebeu “uma dinâmica econômica retrospectiva nutrida de história e nutrindo-a bem”¹².

Outra obra que aponta pistas sobre o método histórico-estrutural utilizado em *Formação Econômica do Brasil* é a sua coletânea de artigos

9. Celso Furtado, *A Pré-Revolução Brasileira*, pp. 94, 98, 99-101.

10. Celso Furtado, “Aventuras de um Economista Brasileiro (1973)”, pp. 49-50.

11. Celso Furtado, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, pp. 81-84. A primeira edição do livro é de 1966. A citação refere-se ao anexo metodológico da primeira parte do livro, intitulado “Estruturas e Modelos na Análise Econômica”.

12. Frédéric Mauro, “Prefácio à Edição Francesa”, p. 447.

publicada em 1961 sob o título *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Esse livro lança as bases do que ficaria conhecido como a “teoria do subdesenvolvimento” – e que, mais tarde, Furtado chamaria de “problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento” de modo a explicitar a relação dinâmica e dialética do processo histórico capitalista em termos globais¹³ –, além de fornecer algumas pistas para compreender o método em *Formação*.

Depois do capítulo 3, quando adentra no “processo histórico de desenvolvimento”, auxiliado por Marx e Keynes e especialmente pelo historiador por Henri Pirenne, ele se detém no capítulo 4 – “elementos de uma teoria do subdesenvolvimento” – sobre as “estruturas subdesenvolvidas”. No seu entender, elas decorrem de “processo histórico autônomo”, não são “uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado” as economias desenvolvidas. Essas diferenças estruturais – ao contrário do raciocínio por analogia do tipo “aqui” como “lá” tão em voga no momento em que escreve – precisam ser compreendidas, exigindo um “esforço teórico autônomo”¹⁴ a ser percorrido por aqueles que estudam os países subdesenvolvidos.

O capítulo 4 fora escrito depois de já elaborado o texto de *Formação Econômica do Brasil*. Tudo indica que a teoria tenha informado o mergulho na história, a partir de um método concebido com este intuito. Agora, Furtado voltaria ao terreno da teoria, explicitando as variantes estruturais elucidadas a partir do contraste entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Do geral para o particular e, depois, de volta ao geral.

13. Celso Furtado, *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*, pp. 26-30.

14. Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, pp. 171-173, 185.

Mas o método não estava pronto antes de *Formação Econômica do Brasil*. Talvez seja o caso de supor que ele foi lapidado ao longo da escrita, enquanto apurava o estilo. Furtado já escrevera sobre a economia colonial açucareira no seu doutorado de 1948. No livro *A Economia Brasileira*, de 1954, já empreendera a análise da economia cafeeira, que recebe a cunhagem de “nova economia colonial”, como também já desenvolvera a clássica análise do “deslocamento do centro dinâmico”, que levaria ao processo de industrialização pós-1930.

Método, estilo e estruturação do plano do livro parecem ter feito a diferença. Por meio de novas categorias longamente sopesadas, e fazendo uso de uma espécie de vaivém permanente entre impossibilidades do passado, incompletudes do presente e potencialidades do futuro, o livro é quase um romance que se detém em cada corte sincrônico para logo depois avançar diacronicamente. O autor fisga o essencial (o geral e o particular) da empresa colonizadora na primeira parte, para depois detalhar a diferença entre a “Economia Escravista de Agricultura Tropical” (parte 2) e a “Economia Escravista Mineira” (parte 3). Até então, tivéramos um crescimento sem alterações estruturais significativas. A parte 4, “Economia de Transição para o Trabalho Assalariado”, recebe os quatro novos capítulos sobre “o problema da mão de obra”, que não estavam em *A Economia Brasileira*, além da discussão sobre a Independência e a estrutura de poder na Primeira República.

Agora aparece, de maneira sintética, o personagem central do drama¹⁵, “o confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos”.

15. Celso Furtado, *Diários Intermitentes, 1937-2002*, pp. 412-413. Em anotação de dezembro de 1989 nos seus diários, depois de regressar de viagem aos Estados Unidos, Furtado faz “uma digressão sobre *Formação Econômica do Brasil*”, indi-

Padrão de desenvolvimento, estrutura social, papel do Estado e hábitos de pensamento conformam um todo que explica “por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida”¹⁶. Esta questão, que angustiara tantos “homens de pensamento”, Furtado procura responder recorrendo à história, encarada não como uma fatalidade, mas por meio de uma investigação da complexa interação entre as estruturas econômicas e sociais e os centros de decisão.

Na parte 5, “Economia de Transição para um Sistema Industrial”, o autor revela como a crise de 1929, com a desvalorização cambial, “eliminava um dos instrumentos mais efetivos de defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial”¹⁷. Ao descrever o processo de industrialização por substituição de importações, por meio do qual se dá o deslocamento do eixo dinâmico no sentido do mercado interno, o autor apresenta o seu diagnóstico. Se acena para as virtualidades, que dependem da emergência de novos centros de decisão, enuncia todos os dilemas advindos do processo (capítulos 34 a 36) – inflação, desequilíbrio externo, disparidades regionais e sociais, concentração fundiária – e que impõem limites estruturais à afirmação de um projeto de desenvolvimento.

A mensagem é a seguinte: apenas a compreensão da dinâmica do subdesenvolvimento, agora descortinada analítica e historicamente, pode dar sentido a este projeto, que deve contar com o apoio de vastos

cando como a incursão no estudo da formação deste país serviu como “recurso” para “melhor entender as anomalias inerentes ao nosso subdesenvolvimento”.

16. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 100.

17. *Idem*, p. 203.

segmentos sociais. Do contrário, a “antiprofecia”¹⁸ com que termina o livro se consumará: “sendo assim, o Brasil por essa época [final do século xx] ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais”¹⁹.

No documentário de José Mariani²⁰, Furtado fornece um breve depoimento sobre *Formação Econômica do Brasil*. Afirma que não se preocupara em preparar um desfecho para o livro, que, propositadamente, ficara inconclusivo. Do contrário, teria que dizer que “as fases se sucedem e todas elas levam à mesma coisa”, à concentração da renda. Seria tachado de “esquerdista” e em vez de abrir o horizonte de oportunidades, a obra ficaria presa ao curto prazo. Uma leitura cuidadosa do último capítulo, “Perspectivas dos Próximos Decênios”, permite comprovar essa afirmação do autor.

Por sua vez, o último parágrafo que contém a “antiprofecia” é uma espécie de convite ao leitor para ingressar junto consigo no palco da história e se somar à batalha para a superação do subdesenvolvimento. O processo de transformação das estruturas, que o livro acompanha desde a colônia, passando pelo Império, Primeira República e Revolução de 1930, agora transcorre à sua frente. Com objetividade e parcimônia – combinação que leva à “polidez discursiva” a que se refere Luiz Felipe de Alencastro, “sem tom querelante ou confrontações pessoais”²¹ – ele cativa os leitores com uma narrativa que ensina eco-

18. Alexandre de Freitas Barbosa, “*Formação Econômica do Brasil*, Cinquenta Anos Depois”, p. 147.

19. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 242.

20. José Mariano, *O Longo Amanhecer: Cinebiografia de Celso Furtado*.

21. Luiz Felipe de Alencastro, “Prefácio”, em Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*, p. 32.

nomia e o seu jargão técnico, para mostrar que o mais importante está além, ou seja, a possibilidade de autotransformação nacional.

Quem são os leitores de *Formação Econômica do Brasil*? Essa pergunta se faz necessária especialmente se levarmos em conta o súbito e inusitado êxito da obra. Em cinco meses, a primeira edição de 5 mil exemplares se esgota. A terceira edição, no ano seguinte, viria com uma tiragem de 10 mil exemplares. Em 1963, o livro já se encontra na sua quinta edição. Em 1959, ano de seu lançamento, figura no terceiro lugar na lista dos *best-sellers* nacionais, logo atrás de *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado²².

Os leitores eram basicamente os homens públicos e os jovens estudantes de economia e ciências sociais. Um contraponto com o quadro atual pode ser estabelecido. Quem lança no Brasil hoje um livro autoral de 5 mil exemplares? Se à época havia menos concorrência no lado da oferta, a demanda também era bem inferior, em virtude do acanhado percentual de pessoas com ensino médio e superior.

Portanto, ao elucidar o processo histórico, com foco na economia, mas sem perder de vista as dimensões social, política e cultural, e fazendo cirúrgicos cortes transversais no tempo e no espaço, de modo a indicar como essas dimensões se articulam nos planos interno e externo – pois o seu objetivo era chegar ao presente, para influenciar o futuro –, com *Formação Econômica do Brasil*, Furtado incorpora-se de maneira decisiva à história do país.

Não apenas porque passa a ser reconhecido como o seu autor, mas principalmente porque a leitura da sua obra – direta ou indiretamente, já que muitos a leem por meio dos relatos de outrem – passa a fazer

22. Rosa Freire d'Aguiar, "Apresentação", em Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*, p. 16.

parte do repertório essencial não somente dos intelectuais, mas dos agentes políticos e sociais. Ora, a interpretação que Furtado oferece em *Formação Econômica do Brasil* vem impregnada de projeto e de utopia, aos quais ele dá continuidade nas atividades que exerce e que passam a ser do conhecimento da sociedade.

Quem era Celso Furtado então? Um dos economistas de maior reputação no Brasil, graças ao período (1949-1958) em que atuara como quadro técnico da Cepal – a instituição da ONU responsável pela renovação do pensamento econômico na região. Sem a pretensão de criar uma nova ciência econômica, a Cepal passou a questionar a aplicação incondicional da teoria econômica dominante tida como supostamente universal. As especificidades dos países da periferia precisavam ser levadas em conta, uma vez que colidiam frontalmente com muitas das premissas utilizadas pelos economistas dos países centrais. Se Raúl Prebisch foi a grande cabeça e o condutor da Cepal, Furtado era um dos expoentes da instituição, liderando nos anos 1950 a sua Divisão de Desenvolvimento Econômico, tendo elaborado estudos sobre vários países e se dedicado às técnicas de planejamento, inclusive por meio da criação do Grupo Misto CEPAL-BNDE.

A Cepal e Celso Furtado eram influentes junto aos técnicos do setor público no Brasil, especialmente aqueles voltados a assuntos de economia, ou vinculadas entidades de classe como a CNI e a instituições como o Iseb. Furtado também gozava de prestígio entre os segmentos mais sintonizados da opinião pública, que liam ou tomavam conhecimento dos seus artigos e livros. Mas ele pouco transitava nas altas esferas políticas.

Antes de sua temporada em Cambridge, Furtado ministra uma série de conferências no BNDE sob o título *Perspectivas da Economia Brasileira*, que seria publicada no ano seguinte, em 1958, quando re-

torna ao Brasil. Já cogitava se desligar da Cepal, e se despir do “manto protetor e imobilizador de funcionário internacional”²³, conforme suas próprias palavras. Seu intuito era injetar racionalidade no debate sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro, “sem deslizar para a invectiva e a metafísica”²⁴, tendo em vista que o debate entre os técnicos economistas havia subido de tom.

Depois de assumir uma diretoria do BNDE voltada para a atuação no Nordeste, no início de 1959, o técnico – que “nunca tinha visto Juscelino antes”, “pois era uma pessoa desconhecida no Brasil, tinha estudado no estrangeiro, vivido no estrangeiro, tinha nove anos de Nações Unidas”²⁵ – recebe a incumbência de liderar o projeto de criação da Sudene.

Entre 1958 e 1964, Celso Furtado ingressa de cheio na cena política nacional. Conhece todos os políticos e representantes da sociedade civil, com quem dialoga e procura convencer sobre a importância da Sudene e a urgência de implantação do Plano Trienal (1963), agora como ministro do Planejamento. Transforma-se numa espécie de “intelectual estadista”. Empurrado para a arena política, procura estabelecer consensos em torno de uma plataforma coerente capaz de integrar desenvolvimento, estabilização e reformas de base. O respeito que granjeia junto aos mais diversos segmentos sociais se explica não apenas por seu sentido de missão e conhecimento técnico, mas também por ser o autor de livros teóricos, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), de cunho político, *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), e, principalmente, *Formação Econômica do Brasil* (1959), em que des-

23. Celso Furtado, *A Fantasia Organizada*, p. 200.

24. *Idem*, p. 199.

25. Celso Furtado, “Depoimento 1982”, pp. 112-113.

trinchou as raízes e os dilemas que caracterizam o Brasil.

A escrita de *Formação Econômica do Brasil* fizera com que Furtado ampliasse o seu horizonte de análise para além da economia, diferenciando-se dos demais economistas em ação no Brasil, especialmente Roberto Campos. Em outro trecho dos seus diários, ele compreende a especificidade da sua forma ver a economia por meio de um contraponto com seu antigo parceiro e futuro adversário.

Conforme seu relato, Campos era “um” quando possuía responsabilidade executiva, como na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1952). Percebia então as incongruências da teoria econômica quando aplicada ao mundo subdesenvolvido. Quando passa para uma “atividade operativa”, como presidente do BNDE, revela o que acontece a “todo economista bem formado”: “uma involução para a ortodoxia” e para a crença nos automatismos do mercado. “O menosprezo pela dimensão histórica” teria inibido “a sua capacidade para captar o específico do subdesenvolvimento”. A atitude mental de Furtado era distinta: “parto da observação do processo histórico e metodicamente vou introduzindo a análise econômica”²⁶.

O impacto imediato de *Formação Econômica do Brasil*, associado ao fato de que aparece em todos os lugares como o homem responsável pela saga da Sudene, faz com que, em julho de 1959, ele redija a seguinte anotação em seu diário: “começo a ser uma pessoa notória”²⁷. Pouco antes, em maio do mesmo ano, ele menciona um debate que ocorrera em Natal, contando com a participação de bispos e do público em geral. Sua anotação: “abordamos todas as questões e aparente-

26. Celso Furtado, *Diários Intermitentes, 1937-2002*, pp. 165-167.

27. *Idem*, pp. 173.

mente as respostas foram convincentes. A sinceridade também é uma forma de demagogia. Se bem utilizada”²⁸.

O juízo do historiador Francisco Iglésias vai direto ao ponto: “pela primeira vez no Brasil um economista se tornou figura popular, sem que cortejasse a opinião com linguagem política: mantendo sempre o tom do técnico, sem exibicionismo pedante nem tom de quem faz campanha eleitoral”²⁹. Com um único adendo, o tom do técnico explicitava um projeto, que era político no sentido mais amplo da palavra, e um compromisso social com os despossuídos, por meio de reformas estruturais. Isso fazia dele o oposto do tecnocrata, personagem que emerge na cena brasileira junto com o golpe de 1964, que envia Furtado para o exílio.

LEITURAS E “DESLEITURAS” DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Este tópico constrói um panorama sintético e exploratório, com o objetivo de situar as ondas de recepção de *Formação Econômica do Brasil* e do enfoque histórico-estrutural furtadiano no pensamento econômico brasileiro. O veredito de Francisco de Oliveira informa esse exercício analítico: “para o erro ou acerto, boa parte da política econômica brasileira nas últimas quatro décadas – o livro é de 1959 – é uma discussão em torno de suas formulações”³⁰.

Procuró situar, de maneira genérica, quatro gerações de economistas e a sua interação com essa influência poderosa, vista ora como

28. *Idem*, p. 154.

29. Francisco Iglésias, “Prefácio à Edição Especial da Coleção Biblioteca Básica Brasileira – UnB”, p. 447.

30. Francisco de Oliveira, *A Navegação Venturosa*, p. 84.

estímulo ao pensamento crítico e imaginação criativa, ora como algo já incorporado ao pensamento econômico, ou ainda como um pesado fardo a ser superado, conforme a orientação de cada corrente ou geração.

A primeira geração pós-*Formação Econômica do Brasil* é composta por intelectuais nascidos nos anos 1930 e que já haviam cursado ou estavam cursando economia ou ciências sociais no Brasil no momento de publicação da obra. Não a leem nos cursos da universidade, mas embalados pelos comentários de seus colegas pelo ascendente prestígio de seu autor. Muitos já haviam assistido aulas de Furtado nos cursos ministrados pela Cepal no BNDE, antes da criação da sede da instituição no Rio de Janeiro em 1960.

O seguinte trecho da entrevista realizada com Carlos Lessa ilustra o significado da leitura da obra para essa geração: “quem de nós não teve o Furtado (de *Formação Econômica do Brasil*) como o andaime para pensar o Brasil”³¹? O economista marxista Paul Singer completa que o livro brasileiro que mais o influenciou foi *Formação*, “imediatamente capturado pelo pessoal de História curiosamente e não pelo pessoal de teoria econômica”³².

As primeiras obras escritas pela nova geração, diretamente influenciada por Celso Furtado, foram produzidas pelos integrantes do escritório da Cepal no Rio de Janeiro, na primeira metade dos anos 1960. É o caso de “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”, de Maria da Conceição Tavares, e de *Quinze Anos de Política Econômica*, de Carlos Lessa. Tais obras se propõem, por meio de análises empíricas e reflexão teórica, aprofundar o estudo da economia

31. Carlos Lessa, “Entrevista de Carlos Lessa concedida a Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury”.

32. Paul Singer, “Entrevista”, p. 57.

brasileira a partir de um enfoque cepalino. Neste sentido, partem de *Formação Econômica do Brasil*, que, como vimos, esboçara em grandes linhas o percurso da economia brasileira pós-1930 e seus principais dilemas estruturais.

A ascensão dos pensadores pós-furtadianos se consuma quando estes economistas e cientistas sociais buscam se diferenciar do mestre, lançando suas próprias interpretações sobre o período pós-1964. As críticas se concentram no Furtado “estagnacionista”, de 1964 a 1966, e menos explicitamente na sua compreensão do processo de industrialização e da dinâmica do subdesenvolvimento no Brasil. Em geral, os autores procuram ir além das categorias operacionalizadas pela Cepal, utilizando, de diversas formas, o instrumental marxista.

Estamos em pleno milagre econômico. O mestre Furtado, exilado, se dedica a compreender o “modelo brasileiro” a partir do processo de internacionalização do capitalismo. Os pós-furtadianos seguem seus próprios caminhos, oferecendo abordagens alternativas sobre o capitalismo no Brasil e questionando alguns dos diagnósticos de Furtado. É o caso do texto “Além da Estagnação”, de Maria Conceição Tavares e José Serra, de 1971, e de “*Crítica à Razão Dualista*”, de Francisco de Oliveira, de 1972.

No caso deste último, o ataque é mais frontal. Procura o autor superar o “dualismo cepalino”, incluindo aqui a análise de Furtado, pois “o subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica”. Oliveira dedica-se a analisar as “transformações estruturais”, “entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção”³³. Em texto de 2003, Oliveira explicita que o seu livro de

33. Francisco de Oliveira, “Crítica à Razão Dualista”, em *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*, pp. 29-33.

1972 era “cepalino e marxista”, ao mostrar que a “articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante”, tal como já havia “tratado Furtado”³⁴.

Portanto, tudo indica que o “problema” da análise furtadiana, para esses autores, não estava no suposto economicismo, mas no instrumental teórico utilizado. Cabe inclusive a seguinte pergunta: o método histórico-estrutural, com seus cortes sincrônicos articulados a uma síntese diacrônica, captando as rupturas e continuidades na longa duração, por meio de um estudo das interações entre o econômico e o não econômico, não teria sido aprofundado, em alguma medida, pelos pós-furtadianos?

Essa questão vale também para a tese de livre-docência de Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, de 1974, e para a tese de doutorado de João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, de 1975, que enveredam para a releitura crítica da economia brasileira aproveitando-se das categorias marxistas. O “modelo de industrialização por substituição de importações” é questionado por meio de uma nova periodização, que permite acompanhar com maior detalhamento e profundidade a dinâmica da acumulação e as crises no capitalismo no Brasil.

Trata-se agora de compreender como se dá a “constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, capazes de afiançar a dominância do capital industrial no processo de acumulação”, que se efetiva por meio da ação do Estado e da penetração das empresas transnacionais. Neste sentido, o modelo de substituição de importações seria “correto” apenas para o período entre 1930 e o início dos anos 1950³⁵.

34. Francisco de Oliveira, “O Ornitorrinco”, em *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*, p. 128.

35. Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, pp. 128-130.

Outro integrante escritório da Cepal no Rio de Janeiro, Antônio Barros de Castro, nos dois volumes, publicados em 1969 e 1971, que integram sua obra *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, fornece uma interpretação alternativa sobre a questão regional, o papel da agricultura e o desenvolvimento do Nordeste.

Seu objetivo é problematizar várias das argumentações de Furtado, inclusive em *Formação Econômica do Brasil*. Mais especificamente, o autor questiona em que medida a industrialização deve ser vista como “a negativa e definitiva superação da longa e perturbada ‘etapa’ primário-exportadora”. Em vez de uma “concepção unilinear de involução”, o autor procura compreender os vários “padrões de reação” à crise externa no tempo e no espaço, de modo a revisitar o papel da herança regional no Brasil contemporâneo³⁶.

Esses autores pós-furtadianos, sediados no Cebrap ou no Instituto de Economia da Unicamp, deram continuidade ao legado de Furtado, aprofundando cada um à sua maneira, o método histórico-estrutural apreendido em *Formação Econômica do Brasil*. O instrumental teórico utilizado permitiu que fossem além do mestre. Adicionalmente, o maior distanciamento histórico lhes permitiu lançar hipóteses alternativas àquelas que Furtado concebera nessa e outras obras. Mais importante ainda, havia a necessidade de produzir novas interpretações para explicar o “milagre econômico”, sua dinâmica e suas contradições, de modo a fornecer alternativas políticas.

O mestre estava no exílio e os seus herdeiros, armados da razão crítica e dos esquemas teóricos à sua disposição, buscavam superá-lo para dar conta dos novos desafios. Precisavam ocupar os espaços abertos à

36. Antônio Barros de Castro, *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, vol. II, pp. 12-16.

intelectualidade. Não era o momento de tecer loas ao mestre. Contudo, talvez inconscientemente, o método histórico-estrutural, em maior ou menor medida, ficara impregnado nas suas veias.

Mesmo a teoria da dependência, assim como vários dos estudos elaborados pela escola de sociologia de São Paulo, e especialmente a obra clássica de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1974, têm como uma de suas origens o diálogo crítico com *Formação* e outras obras elaboradas por Furtado no período anterior ao golpe de 1964.

A segunda geração pós-*Formação Econômica do Brasil* já se encontra plenamente assimilada aos rigores da vida acadêmica. Os novos pesquisadores elaboram suas teses de doutorado entre o final dos anos 1970 e 1980. O livro de Furtado já virou um clássico, geralmente citado para iniciar a “conversa” ou do qual se procura partir para questionar suas análises econômicas. Tanto na economia, como nas ciências sociais em geral, monografias históricas ou trabalhos de caráter teórico dão o tom.

No campo do pensamento heterodoxo, merece destaque o livro de Guido Mantega, inicialmente uma tese de doutorado, defendida em 1982 na FFLCH/USP. *Formação Econômica do Brasil* adquiria agora o estatuto de um “marco para o pensamento econômico brasileiro”. O objetivo do autor é realizar um resgate do “desenvolvimentismo” gestado na Cepal e transformado em “nacional-desenvolvimentismo” por meio da influência do Iseb³⁷.

Entretanto, na sua tentativa de revisitar a “economia política brasileira”, o autor realiza uma leitura teleológica. Isso fica evidente quando menciona que “a estratégia econômica do nacional-desenvol-

37. Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*, pp. 11-13, 63.

vimentismo teve o seu coroamento natural no modelo do milagre e que sucedeu ao golpe de 1964”. Os meios utilizados no longo período “desenvolvimentista”, de 1930 a 1980, foram os mesmos. Mas a geração de Furtado “errara”, ao pensar que tais meios poderiam levar a fins diversos dos observados³⁸.

Sua análise peca pela forma como concebe o legado de Furtado: o mestre teria lançado “os alicerces do modelo de substituição de importações”. Essa afirmação sugere a falta de compreensão do método histórico-estrutural, que está por trás da síntese empreendida na obra. Mantega fica apenas na superfície, no terreno dos fatos e das políticas. Ao descrever o “processo” de substituição de importações, Furtado não tem em mente nenhum “modelo” passível de refutação, como sugere Mantega³⁹, mas a apresentação dos condicionantes estruturais que acompanham uma industrialização problemática e marcada pelo subdesenvolvimento.

Uma compreensão mais adequada do método furtadiano permitia compreender, ao contrário, que o “milagre” aprofundava o subdesenvolvimento – por meio da intensificação da industrialização – usando novos meios e dando lugar a novas configurações. Em vez de coroamento, ruptura, como o próprio Furtado aponta nos seus livros dos anos 1970. Mantega e muitos dos novos economistas heterodoxos forjam uma couraça economicista para Furtado, destacando alguns elementos de sua descrição do processo histórico, mas perdendo de vista a sua interpretação sobre a dinâmica do subdesenvolvimento.

O período de 1930 a 1980 surge como se fosse um bloco feito da mesma argamassa. Mesmo quando se apontam as crises conjunturais,

38. *Idem*, p. 64. O autor não utiliza o verbo “errar”, mas isso fica implícito na sua interpretação.

39. *Idem*, cap. 2.

como no caso de Fiori, a “necessidade futura” do sistema⁴⁰, sustentada pela renovação dos pactos do passado entre as várias frações de classe e regionais, afasta o sistema do risco da entropia a que seria inevitavelmente levado pela inclusão dos anseios populares. O “desenvolvimentismo conservador” cuidaria de homogeneizar o tempo histórico brasileiro em um longo ciclo. É como se o Fiori invertesse a máxima de Mantega, sugerindo não ter havido espaço para o projeto de desenvolvimento concebido por Furtado nos marcos da estrutura de poder vigente.

Em paralelo a essas leituras que na essência significam deixar para trás o método histórico-estrutural de Furtado – à diferença da primeira geração que ampliou o seu horizonte analítico, mesmo quando pretendeu superá-lo –, surgem trabalhos que procuram resgatar o pensamento e a prática do desenvolvimento no período pré-1964.

As pesquisas acadêmicas de Ricardo Bielschowsky e de Lourdes Sola⁴¹ procuram destrinchar a ideologia “desenvolvimentista” dos economistas e técnicos do setor público, tomando o cuidado de revelar a convergência e a diversidade de projetos, interpretações e valores dos seus integrantes. Enquanto Sola se dedica a entender o arco de alianças políticas mais amplo e os princípios norteadores que dividem os técnicos “nacionalistas” e “cosmopolitas”, Bielschowsky acompanha os vários tipos de “desenvolvimentistas” em sintonia com o “desenvolvimentismo” enquanto orientação predominante da política econômica. Já Sonia Draibe⁴² destrincha o processo de desenvolvimento capitalista,

40. José Luís Fiori, *O Voo da Coruja: Para Reler o Desenvolvimentismo Brasileiro*, pp. 11-12, 120-123.

41. Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*; Lourdes Sola, *Ideias Econômicas, Decisões Políticas*.

42. Sônia Draibe, *Rumos e Metamorfoses*.

por meio de um mergulho nas transformações do Estado, apontando para as suas potencialidades e limitações, no âmbito de uma economia crescentemente oligopolizada.

Nos anos 1990, surge uma terceira geração de economistas. Furtado e *Formação Econômica do Brasil* estão distantes no tempo. O debate econômico é travado entre os economistas ortodoxos e os economistas heterodoxos da academia. As referências às novas correntes de pensamento econômico emergentes na cena internacional, em ambos os casos, tendem a substituir o debate em torno da especificidade das estruturas econômicas e sociais do capitalismo no Brasil. No caso dos heterodoxos, Furtado segue sendo um grande mestre, mas os clássicos principais são Marx, Keynes e Schumpeter, transplantados para a realidade brasileira, muitas vezes sem sequer um “filtro”⁴³ furtadiano.

Entretanto, quem dá agora as cartas na política econômica são os “novos neoliberais”, vinculados ao pensamento ortodoxo. Tal como Eugênio Gudin, seu avô intelectual, eles sentem urticárias toda a vez que se mencionam as “especificidades”, ainda mais quando acompanhadas do adjetivo “estruturais”. O recurso às “especificidades estruturais” é encarado como má apreensão da ciência econômica, acusação que Furtado já enfrentara no passado nos seus debates com Gudin e Bulhões.

A partir dos anos 1990, à medida que ficava evidente a mudança de orientação da política econômica, os termos “nacional-desenvolvimentismo” e o “desenvolvimentismo” sofrem nova mudança. Seguem

43. A método histórico-estrutural é muito mais do que um “filtro”. Mas se supõe que, no mínimo, deveria servir como antídoto contra afirmações genéricas sobre a universalidade do capitalismo que não levam em conta a dualidade fundamental entre centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, sempre reposta, e sujeita as novas configurações históricas.

tomados como um bloco, mas o sinal negativo dá o tom. Para os “economistas ortodoxos da academia”, o “nacional-desenvolvimentismo” fora marcado pela associação entre intervencionismo e inflacionismo⁴⁴, a partir de uma síntese (autópsia) apressada e com escassa base empírica e histórica realizada para o período 1930-1980. A política econômica teria atuado na contramão do desenvolvimento, fazendo com que se deteriorassem os ganhos de produtividade.

Essa narrativa histórica forneceu o lastro teórico para a ascensão deste grupo ao poder nos anos 1990, processo que se consolida com o Plano Real e o governo Fernando Henrique Cardoso. O esquecimento de Furtado era um pré-requisito para o triunfo dos novos neoliberais nos anos 1990. Ao realizarem uma leitura de *Formação Econômica do Brasil* como “mera” defesa do crescimento do mercado interno e do modelo de industrialização por substituição de importações, eles atestam que não leram a obra.

Trata-se, na prática, de uma “desleitura” motivada pelos meios e fins que propugnavam para a economia brasileira: a abertura comercial, a privatização e a atração do investimento externo, sem condicionantes e sem uma estratégia, mas como princípios suficientes para uma “boa” política econômica, capaz de inaugurar um modelo alternativo de “desenvolvimento” sustentado numa quimérica elevação da produtividade. Não vingou.

Com a ascensão de Lula ao poder, surge a quarta geração de economistas pós- *Formação Econômica do Brasil*. O debate segue girando entre os economistas ortodoxos e heterodoxos da academia. Em alguns momentos, especialmente no segundo governo Lula, apesar de

44. Gustavo Franco, *O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre o Desenvolvimento, Globalização e Moeda*, pp. 68-70.

os ortodoxos continuarem pautando, em alguma medida, a política monetária e cambial, os heterodoxos assumem postos importantes no comando da economia. Chega-se a cunhar o novo “modelo” de social-desenvolvimentista⁴⁵.

Mas será que a inversão da “desleitura” realizada pelos novos neoliberais nos leva a Furtado? Onde se localizam os desafios estruturais? Qual o papel da economia brasileira na nova economia-mundo capitalista? A recuperação do mercado interno se mostra capaz de assegurar maior densidade tecnológica ao processo de desenvolvimento? Em que medida a redução da desigualdade da renda do trabalho não esconde novas formas de desigualdade? E o que dizer dos condicionantes sociais e políticos? Onde podem ser encontrados os novos centros de decisão?

Essas questões não foram enfrentadas e talvez sequer tenham chegado ao nível da consciência dos atores políticos e sociais, o que revela o esquecimento do método histórico-estrutural enquanto forma de conectar os dilemas do passado com as perspectivas abertas no presente para se gestar um novo horizonte no futuro. Ou melhor, enquanto interpretação enraizada em um projeto e uma utopia.

Apresento abaixo dois trechos de meu artigo-resenha sobre *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 2010, ao final do governo Lula. Não com o intuito de me vangloriar por ter “acertado”. Na verdade, eu também “errei” ao imaginar que o livro de Furtado poderia exercer um papel importante na história daquele presente. Tratava-se apenas

45. De maneira alternativa, e criticando “modelo” adotado, Bresser-Pereira elabora uma estratégia alternativa, qualificada de “novodesenvolvimentista” (Luiz Carlos Bresser-Pereira, *A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*, pp. 10, 15-21, 30-31).

de mostrar como um mergulho no principal legado da obra, o seu método, poderia ser útil como exercício analítico.

Acredito sinceramente que o governo Lula, tão repleto de contradições, deva propiciar novas releituras da obra e, inclusive, a emergência de uma nova legião de jovens furtadianos. O sujeito desenvolvimento voltou a ser proferido e falar de planejamento estatal deixou de ser pecado. O mercado interno mostrou a sua força e o adjetivo nacional não se afigura mais pejorativo. Contudo, os percalços são enormes: o ufanismo do curto prazo e a formatação de coalizões políticas indiferenciadas turvam o horizonte. De qualquer maneira, a leitura do último capítulo “Perspectiva dos próximos decênios” está mais próxima do jovem brasileiro de hoje do que daquele dos anos 1980. Há que se refazer a história da economia brasileira da segunda metade do século xx sob a perspectiva furtadiana e há que se intervir na realidade das primeiras décadas do século XXI, partindo da matriz de referência do mestre. Mas ampliando o seu foco de análise, de modo a assimilar as preocupações contemporâneas da sociedade brasileira.

[...]

O subdesenvolvimento volta a se manifestar à medida que o maior dinamismo econômico assegura uma recuperação da estrutura produtiva e do papel do Estado como articulador/investidor, além de viabilizar uma tentativa – insuficiente, é certo – de atenuação das desigualdades sociais. Retoma-se inclusive uma consciência do subdesenvolvimento, ainda que se tenha vergonha de chamar o “bicho” pelo seu nome científico. O fato de que o Brasil possa ser visto com regozijo pelos capitais internacionais, e que o presidente Lula se poste como protagonista de uma nova geopolítica global, ao passo que as contradições internas se avultam aqui dentro, apenas revela que o país talvez esteja por se afirmar como uma espécie de tipo ideal do subdesenvolvimento, não apesar, mas em virtude do *aggiornamento* propiciado pela atual onda de globalização econômica. De modo a finalizar esta breve tentativa de incursão furtadiana pelo Brasil contemporâneo, dinâmi-

co e novamente subdesenvolvido – quem conhece Furtado, sabe que esta constatação não tem nada de pejorativo –; gostaria de levantar a vista para a linha do horizonte e refletir sobre os dilemas estruturais que se antepõem caso almejemos uma economia menos dependente e uma sociedade mais justa nos próximos dez anos⁴⁶.

A ATUALIDADE DE *Formação Econômica do Brasil*

O título desse último tópico traz implícita a seguinte questão: é possível atualizar um autor e seu método para outra temporalidade? Se os conceitos e o próprio método do autor estão marcados por sua historicidade, tal empreitada não estaria fadada ao fracasso?

Parece-me que partir do método é a atitude mais apropriada. Se não, caímos na cilada de formular de maneira equivocada questões do tipo: como Marx entenderia o capitalismo no século XXI? Ou: como Furtado analisaria o Brasil de Lula e a crise da segunda metade dos anos 2010? Obviamente que ao utilizarmos o método de um autor, o fazemos para chegarmos às nossas próprias formulações e conclusões. Portanto, se o legado dos clássicos é o método, a sua aplicação é de nossa inteira responsabilidade.

No caso de Furtado, podemos dizer que a toda a sua obra subsequente a *Formação Econômica do Brasil* é uma elaboração a partir do que fora ali escrito, ampliando o horizonte analítico e rediscutindo as suas premissas básicas, de modo a dar conta da história em processo. Neste sentido, o próprio autor procedeu a uma atualização da sua obra, fornecendo-nos pistas valiosas.

46. Alexandre de Freitas Barbosa, “*Formação Econômica do Brasil*, Cinquenta Anos Depois”, pp. 159-161.

A sua obra ganha radicalidade a partir dos anos 1970. Radicalidade no sentido de interpretação que procura ir à raiz do “subdesenvolvimento industrializado” ou do capitalismo periférico que aprofunda a heterogeneidade estrutural e as desigualdades sociais e de renda.

O Brasil se tornara um caso de “mau desenvolvimento”: ao “abuso do supérfluo privado”, somou-se o “gigantismo do supérfluo público”, conformando uma “estrutura de dominação social voltada para o ‘desenvolvimento econômico’”. Eis o seu diagnóstico certo sobre o resultado ao final do processo de industrialização: “a nova classe média em rápida expansão foi vista como simples fator de ampliação do mercado, sem vinculação maior com a esfera política”⁴⁷.

Na sua última obra teórica, revista em 2000, o economista-cientista social lança o desafio para as próximas gerações: qualquer reflexão sobre o desenvolvimento deve conduzir a “uma progressiva aproximação entre teoria da acumulação, teoria da estratificação social e teoria do poder”⁴⁸. Portanto, o diálogo na “nova tradição”, como sugere Francisco de Oliveira⁴⁹, mais se assemelha a uma “tradição renovada” por meio da confluência de perspectivas metodológicas e teóricas agora em mútua interação

Conforme a interpretação de Furtado sobre o modelo econômico engendrado nos anos 1970, o dinamismo da renda não se fazia

47. Celso Furtado, *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, pp. 10-13.

48. Celso Furtado, *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*, p. 30.

49. Francisco de Oliveira, “Diálogo na Nova Tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”, p. 480. Podemos ir além e dizer que o método histórico-estrutural é aplicado, de diversas maneiras, por autores com filiações teóricas e ideológicas diversas. Além de Furtado e Florestan Fernandes, a lista envolve Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira e Paul Singer, dentre outros autores.

acompanhar de um avanço da acumulação reprodutiva – que estivesse assentada na diversificação produtiva com aumento de produtividade e internalização dos setores de bens de capital –, gerando assim uma “dessimetria entre o setor produtivo e a sociedade”⁵⁰. O perfil da demanda se bifurcava, propiciando nichos de mercado distintos, mas não estanques. O padrão de consumo das minorias modernizadas se difundia para 20% da população, enquanto os outros 80% se situavam na base da pirâmide do mercado de trabalho organizado, ao qual se somavam as várias formas de trabalho não capitalista.

Longe de haver dualismo, a estrutura social da “economia periférica” não funcionava como uma trava à expansão econômica, antes resultava do padrão de acumulação concentrador. Para então completar: o Estado – em vez de se opor à “modernização”⁵¹ ou se apresentar como uma alternativa a ela – pode no máximo “ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego”⁵².

O seu objetivo agora é destrinchar as mutações mais amplas ocorridas no sistema capitalista, vinculando-as às alterações verificadas nas relações centro-periferia que acarretam novas configurações na divisão internacional do trabalho – algo que não está presente em *Formação Econômica do Brasil*, ao menos de forma explícita. Não se trata mais de uma interpretação por contraste entre “eles” e “nós”, mas de constituir uma “visão sintética do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento”.

50. Celso Furtado, *Introdução ao Desenvolvimento*, pp. 82-83.

51. O termo “modernização” aqui aparece como difusão mimética de padrões de consumo já conhecidos e utilizados nas economias centrais, mesmo que esta se dê agora pela industrialização da periferia, caracterizada pela desarticulação produtiva.

52. Celso Furtado, *Introdução ao Desenvolvimento*, pp. 122-123.

Ao partir para uma análise da totalidade sistêmica, da perspectiva da periferia, Furtado estabelece um corte histórico entre o “capitalismo dos sistemas nacionais, tutelados por Estados rivais, por definição nacionalista e voltado para o mercado interno” e “o capitalismo das grandes firmas, naturalmente cosmopolita, orientado para o livre-cambismo e para a livre transferência de recursos entre os países”⁵³.

O corte histórico pode ser definido em torno de meados do século xx, quando a industrialização periférica avança e se consolida, inserida nesta mutação mais ampla. Os países da periferia que foram mais adiante contaram com a ampliação do campo de ação de Estado, como no caso brasileiro, que se transformaria em condutor da “modernização”, travando o avanço da acumulação reprodutiva e a possibilidade de realização de reformas sociais estruturais.

Mas como captar as mudanças advindas da reorganização da economia-mundo capitalista pós-1980 e dos seus rebatimentos sobre a divisão internacional do trabalho, de maneira associada ao andamento assimétrico das estruturas econômicas, sociais e políticas no Brasil durante o ciclo 1988-2016, hoje em processo de rápida desintegração?

Uma compreensão desde longo período de trinta anos, das suas rupturas e continuidades em relação ao período anterior, se faz urgente, se quisermos elaborar novos projetos e utopias desejáveis, viáveis e exequíveis.

Façamos uma breve e assistemática recapitulação deste ciclo recém-encerrado. Na literatura econômica, a década de 1980 é conhecida como “perdida”, em virtude da dívida externa e do descontrole inflacionário. Mas a mobilização social vinda de baixo – que pautou a ascensão do PT, as Diretas Já e a Constituição de 1988 – revela um

53. *Idem*, pp. 115-118.

quadro bem diferente. A Constituição é resultado de não consensos, de uma justaposição de agendas, a conservadora do Centrão, que bloqueou o máximo que pôde, exigindo legislação complementar para uma série de avanços sociais; enquanto a esquerda conseguiu estampar sob forma de lei os rudimentos de um Estado do Bem-Estar, a ser progressivamente implantado.

Nos anos 1990, especialmente sob a égide do governo Fernando Henrique Cardoso, a agenda novo liberal da política econômica se generalizou no corpo da sociedade. O custo do trabalho foi visto como o responsável pela baixa geração de empregos. A privatização gerou uma transferência de ativos para a “burguesia nacional” associada aos novos grupos estrangeiros, para não falar dos rendimentos associados à expansão da dívida pública interna. O mercado interno se encolhia, enquanto a economia-mundo capitalista se reorganizava, valorizando seus capitais produtivos e financeiros neste posto avançado da semiperiferia. Mas com a diferença que agora os investimentos minguavam e o sistema produtivo sofria uma espécie de anorexia econômica e social.

Nos anos 2000, a recuperação do mercado interno se casou com a fase expansiva de um ciclo econômico de curta duração, que permitiu a viabilização de um “desenvolvimentismo” no plano do discurso, pois as várias frações de classes apareciam em conflito velado, mas não aberto. A disputa hegemônica ficou congelada e amortecida. Os novos centros de decisão foram incapazes de elaborar projetos e utopias de larga envergadura, tal a proeminência das estruturas transnacionais oligopolistas, além do veto imposto pela alta finança, que vive dos juros altos e da valorização dos ativos patrimoniais.

No campo econômico, as desvalorizações do real (1999 e 2002); a ascensão chinesa que trouxe novas relações entre os centros da economia-mundo capitalista, suas periferias e semiperiferias; a política

de valorização do salário mínimo num contexto de capacidade ociosa e de elevada defasagem acumulada nos anos 1990 entre os ganhos de produtividade e os níveis de salário médio, especialmente na indústria e nos serviços modernos; e a recuperação do investimento, partindo de níveis muito baixos, além de auxiliada pelo papel do Estado e dos bancos públicos – tudo isso permitiu uma elevação da taxa de crescimento e uma expansão mais que proporcional do nível de emprego assalariado. A equação do tripé da política econômica, na maré alta, permitiu reduzir o endividamento público (em relação ao PIB) e elevar os gastos sociais, acelerando a implantação da agenda de 1988.

Apesar da desaceleração econômica do primeiro governo Dilma, os níveis de desemprego aí encontraram os seus níveis mais baixos, assim como a pobreza e a desigualdade de renda (se medida apenas pela renda do trabalho). Havia a crença de que esse processo seguiria adiante de maneira quase espontânea. Por que isso não aconteceu?

Ora, para dar sustentação no longo prazo a este processo – permitindo a continuidade da queda da desigualdade, o avanço nas políticas sociais e de infraestrutura e um perfil do emprego menos ancorado nos baixos salários – o próprio padrão de inserção externa deveria assumir uma feição menos vulnerável e passiva. Isso envolvia, além de alteração na política cambial, uma política casada de investimentos (públicos e privados) capazes de antecipar gargalos de infraestrutura e internalizar novos elos das cadeias produtivas, especialmente os mais intensivos em capital e tecnologia.

Depois de 2008, fomos pegos no contrapé, pois quem estava com capacidade ociosa eram os Estados Unidos e a União Europeia, além do novo centro dinâmico chinês, que corria em busca de novos mercados. Todos os incentivos concedidos pelo governo Dilma foram drenados para estes centros, que passaram a estabelecer entre si novas interações,

afetando os países da periferia e da semiperiferia. Não dá, portanto, para jogar a culpa pelo fim do ciclo expansivo interno simplesmente na maré baixa da “economia internacional”, sem compreender a reconfiguração da economia-mundo capitalista, com novas polaridades e hierarquias, na sequência da crise financeira de 2008.

No plano interno, reproduziu-se sob nova feição a dessimetria entre o setor produtivo e a sociedade. Algumas novidades ocorreram em relação ao diagnóstico de Furtado, formulado para os anos 1970. O acesso aos bens de consumo, especialmente duráveis, se ampliava muito além da minoria modernizada, pelos baixos preços dos produtos chineses e pela externalização crescente das cadeias produtivas, especialmente nos segmentos mais intensivos em tecnologia. O setor produtivo alcançava agora segmentos mais amplos da sociedade via emprego, aumento de renda e incorporação no crédito, mas se mostrava incapaz de dar um salto na acumulação reprodutiva, essencialmente pela inserção subordinada dos setores dinâmicos do mercado interno na economia-mundo capitalista, para o que muito contribuiu o populismo cambial da Era Lula.

Paralelamente, uma nova estrutura social emergia. Enquanto as classes média e alta iam ao paraíso, na ausência de reforma tributária e num contexto de juros reais elevados, os trabalhadores assalariados e autônomos da base da pirâmide social, além dos novos microempreendedores instáveis, obtinham ganhos expressivos de renda. Mas a ampliação do acesso às políticas sociais se mostrou limitada, enquanto os espaços urbanos e rurais se convertiam em verdadeiras zonas de segregação. Isso ocorreu num contexto de estagnação dos ganhos de produtividade e de rentismo exacerbado, travando a possibilidade de acumulação reprodutiva.

Os governos do PT foram incapazes de compreender a nova dinâmica de acumulação de capital, antes e depois da crise de 2008, além

de terem se mostrado ingênuos com relação à possibilidade de perpetuar a expansão econômica, sem rupturas e mudanças estruturais, que colocariam em risco o grande arco de alianças políticas.

Promover esse salto exigia um projeto estruturado com ações no curto e longo prazo, por meio de uma operação política que contasse com o apoio de segmentos sociais expressivos. Se Lula soube manejar os conflitos nos tempos de bonança, o presidente deixou que explodissem no colo de Dilma, que fez o possível para ampliar os seus efeitos destrutivos. A agenda de 2012 partiu do pressuposto que mudanças na política econômica seriam suficientes. Faltou apoio social e político. Mais que isso, as transformações na estrutura social foram desconsideradas em prol dos mitos criados pela propaganda oficial: “países de classe média”, “pleno emprego” e “fim da pobreza”.

Preparou-se o terreno para uma reorganização das classes dominantes, apenas acomodadas durante o período de expansão, enquanto os movimentos sociais organizados, muitos dos quais cooptados, tiveram várias de suas propostas de transformação engavetadas.

Os avanços do período foram inegáveis, mas não havia nada além do nirvana do “socialdesenvolvimentismo”. Neste contexto, o ressentimento da classe média e a expectativa individualista de ascensão social por parte de segmentos importantes das classes populares, se associaram de maneira inusitada, graças ao combustível fornecido pelo consórcio Mídia-Judiciário-Finança, que também funcionou como elemento aglutinador das classes dominantes.

O interregno Temer, seguido do terremoto Bolsonaro, trouxe para o centro da cena política todos os fantasmas de nosso passado remoto e daquele mais distante, agora reprocessado sob novos disfarces. A destruição do parque produtivo nacional, a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, além do ataque frontal às instituições de pesquisa

e aos movimentos sociais e culturais significam um verdadeiro ataque às potencialidades nacionais. A política externa brasileira, que seguiu nos últimos sessenta anos princípios norteadores inquestionáveis, apesar das diversas orientações, foi totalmente implodida.

Furtado, em livro de 1992, redige uma “nota justificativa” em que demonstra de maneira incisiva o seu sentimento de indignação, pois “a falta mais grave dos intelectuais em certos momentos da vida dos povos é a omissão”. Refere-se então aos “líderes atuais” como “liquidatários do desenvolvimento”⁵⁴. A bem da verdade, os economistas ortodoxos dos anos 1990, que “desleram furtado”, ao menos sugeriam um “novo” modelo de desenvolvimento. Hoje a palavra sequer é proferida pelos poderosos de plantão, os liquidatários de tudo, enquanto a esquerda, os movimentos sociais e os intelectuais parecem não saber o querem dizer quando recorrem ao termo “desenvolvimento”.

Mas nem tudo está perdido. Não adianta, no meio da tormenta, apenas ler *Formação Econômica do Brasil*, mas também praticar Furtado e o seu método histórico-estrutural, uma das vigas mestras da tradição de pensamento crítico no país, hoje marginalizada em boa parte das nossas universidades, especialmente em seus departamentos de Economia. A tarefa de resistência e de reconstrução, não para continuar algo que parou lá atrás, mas para seguir novas caminhos, se dará nas próximas décadas.

É preciso que estejamos preparados. Interpretação, projeto e utopia se forjam juntos. Quando a onda que parece tudo tomar se esvaír, por suas limitações e por nossa resistência, teremos que estar a postos. Para, sobre os escombros, atuarmos organicamente sobre o futuro. Para compreendermos os novos sentidos de “desenvolvimento”, “sub-

54. Celso Furtado, *Brasil: A Construção Interrompida*, p. 9.

desenvolvimento”, “dependência”, “centro” e “periferia”, desvendando os novos “dilemas estruturais” e “centros de decisão” capazes de mobilizar nossas energias criativas e transformadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Rosa Freire d'. "Apresentação". In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Prefácio". In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. "Formação Econômica do Brasil, Cinquenta Anos Depois". *Revista IEB*, n. 50, set.-mar. 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. "História e as Ciências Sociais: A Longa Duração" [1958]. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. 3. ed. São Paulo, Editora 34, 2016.
- CASTRO, Antônio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971, vol. II.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FIORI, José Luís. *O Voo da Coruja: Para Reler o Desenvolvimentismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- FRANCO, Gustavo. *O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre o Desenvolvimento, Globalização e Moeda*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962,

- _____. “Analyse Économique et Histoire Quantitative”. *L’Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Coloques Internationaux du C. N. R. S., Paris, 11-15 out. 1971.
- _____. “Aventuras de um Economista Brasileiro” [1973]. In: *Celso Furtado Essencial*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- _____. *Brasil: A Construção Interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- _____. “Depoimento 1982”. *Memórias do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 3, n. 3, out. 2009.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
- _____. *Diários Intermitentes, 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia da Letras, 2019.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1989.
- _____. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 9. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.
- IGLÉSIAS, FRANCISCO. “Prefácio à Edição Especial da Coleção Biblioteca Básica Brasileira – UnB” [1963]. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- LESSA, Carlos. “Entrevista de Carlos Lessa concedida a Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury”. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011. Áudio disponível no Acervo Pessoal de Alexandre de Freitas Barbosa.

- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARIANI, José. *O Longo Amanhecer: Cinebiografia de Celso Furtado*. Rio de Janeiro, [s. ed.], 2004.
- MAURO, Frédéric. “Prefácio à Edição Francesa” [1972]. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Navegação Venturosa: Ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- _____. *Crítica à Razão Dualista [1972]/O Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- _____. “Diálogo na Nova Tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- ROMANO, Ruggiero. “Prefácio à Edição Italiana” [1970]. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil. Edição Comemorativa – 50 Anos*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- SINGER, Paul. “Entrevista”. In: MANTEGA, Guido & REGO, José Márcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- SOLA, Lourdes. *Ideias Econômicas, Decisões Políticas*. São Paulo, Edusp, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1998.